

É por e sobre nós: vivências *queer* pela ótica de pesquisadores brasileiros

Glauber Soares Junior

Doutorando em Processos e Manifestações Culturais/Universidade Feevale

<https://orcid.org/0000-0001-9902-9740>

glaubersoares196@hotmail.com

Luiza Eduarda dos Santos

Mestranda em Processos e Manifestações Culturais/Universidade Feevale

<https://orcid.org/0000-0002-9873-9182>

luizaeduarda@feevale.br

Fabiano Eloy Atílio Batista

Professor/Universidade do Estado de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0001-7067-560X>

fabiano_jfmg@hotmail.com

Ítalo José de Medeiros Dantas

Doutorando em Processos e Manifestações Culturais/Universidade Feevale

<https://orcid.org/0000-0003-0710-6142>

italodantasdesign@hotmail.com

Introdução

“[...] Todos nós temos costume de ver nossos sonhos pulverizados, nossas esperanças esmagadas, nossas ilusões despedaçadas, mas o que vem depois da esperança? [...]” (Halberstam, 2000).

Ao compreender que os estudos antropológicos são direcionados para a investigação da humanidade, suas dinâmicas, comportamentos, relações e outras dimensões, iniciar com tal epígrafe um texto que tem como centralidade vivências

atravessadas pela sexualidade nos parece adequado, já que, ao discorrer sobre a presença de pessoas LGBTQIA+¹ nos espaços, nas cidades, enfim, nos eventos sociais, precisamos também observar as ausências. No espaço acadêmico, por exemplo, durante muito tempo, ver um indivíduo *queer*² – e sobretudo transexual – como estudante/pesquisador e não apenas objeto de estudo, era fato raro. Nossos ancestrais, principalmente as travestis, enfrentaram muitos obstáculos para que, hoje, pudéssemos ocupar locais onde estamos. Podemos dizer que elas e eles tiveram esperança, e o que vem depois é a ocupação de lugares que, outrora, nos eram inacessíveis.

Falar sobre sexualidade foi, por muito tempo, algo privado – e nem mesmo isso: foi por muito tempo temática proibida – como se não existisse uma dimensão social do sexo que é condicionada a variáveis, como geração, etnia, religião, classe, nacionalidade, entre outras diferenciações. A formação social de mulheres e homens é cercada de inúmeras possibilidades, e as maneiras de vivenciar a sexualidade foram sendo ditadas, reguladas, condenadas e até mesmo negadas socialmente. Por meio dos movimentos feministas e de grupos LGBTQIA+, preceitos sociais considerados imutáveis e universais são questionados e transformados. Essas modificações desvelam – ou melhor, preservam – diferentes formas de viver e construir o gênero e a sexualidade, que são, portanto, questões sociais e políticas, aprendidas e construídas durante toda a existência (Louro, 2000).

Este artigo traz relatos de quatro pesquisadores LGBTQIA+ de diferentes áreas, mas que além das vivências fortemente atravessadas pela sexualidade, pesquisam gênero pela ótica da educação e da cultura material. É importante situar que nossos encontros estão diretamente relacionados com a pesquisa e educação: nossos vínculos se iniciaram na universidade, local onde vivenciamos diferentes contatos que perpassaram por relações distintas, desde professor e aluno até colegas de Pós-Graduação, em que, de forma constante, foram efetivadas parcerias na realização de estudos e publicações de trabalhos em conjunto e, assim, tornamo-nos um grupo de apoio mútuo. Ainda que cada um de nós pertença a uma área distinta – jornalismo, moda, artes e ciências humanas – nossas pesquisas dialogam, e esse artigo é a oportunidade de externarmos questões que ainda não havíamos tido oportunidade: sobre nossas vivências.

Através de nossas vivências, discutimos – respaldando-nos em autores considerados importantes em nossas formações – tensões relacionadas à homossexualidade masculina e à transexualidade, evidenciando ainda questões relacionadas a regionalidades, enquanto

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais, dentre outras orientações sexuais e identidades de gêneros.

2 A teoria *Queer*, de acordo com Simões (2018, p. 438), “acentua o posicionamento antinormativo em relação à sexualidade e elabora uma intensa crítica às construções identitárias baseadas nas fronteiras supostamente estáveis entre homossexualidade e heterossexualidade”.

trazemos visões de pessoas de diferentes estados brasileiros – especificamente do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. É crucial salientar que fazia parte de nossas intenções trazer também o relato de uma mulher lésbica e/ou de um pesquisador *queer* negro; contudo, não conseguimos localizar alguém que possuísse tais marcadores em nosso círculo social, e isso avulta a problemática das ausências.

Ao falar de vivências, para além da possibilidade de discutirmos nossas trajetórias, tivemos a oportunidade de reconstruir nossas identidades pessoais, o que vai na direção do que Vieira (2013, p. 111) entende como a descoberta de si, e nesse processo, conseguimos refletir sobre “[...] a construção das pessoas que vivem, cada vez mais, entre diversos mundos culturais que permeiam as próprias culturas pessoais, reconstruídas numa constante bricolagem identitária”.

Dito isso, cultura é um conceito complexo e Laraia (2009) elucida que se trata das dinâmicas humanas que estão sempre em transformação, das formas que os indivíduos se organizam, enxergam e se veem no mundo. Pelo prisma da cultura, fala-se da humanidade e também das especificidades de determinados grupos (Wagner, 2017). A concepção da identidade é igualmente complexa, outrossim, compreendemos que elas são construídas quando um indivíduo se reconhece como parte de uma cultura, de um grupo social – ou seja, são formadas culturalmente –, mas também diz respeito à constituição subjetiva individual (Hall, 2006).

Em um país multicultural como o Brasil, falar de gênero perpassa por questões como cultura e identidade. Assim, é importante salientar que entendemos gênero, em primeira instância, como uma categoria histórica que nos possibilita reflexionar a respeito das formulações das identidades subjetivas (Scott, 2017). Foi partindo desses pressupostos que redigimos esse texto com a intenção de veiculá-lo em uma revista do campo antropológico, ao trazer relatos de pesquisadores que vivenciaram suas dinâmicas sociais em diferentes regiões do país.

Relevante frisar que os estudos de gênero e sexualidade avançam em conjunto com as demandas dos mais distintos movimentos sociais, que, ao longo dos anos, reivindicam por participação nas esferas jurídicas e políticas, buscando pela efetivação dos direitos sociais. No país, nos últimos anos, sobretudo a partir dos anos 2000, vem ocorrendo uma ampliação dos estudos no campo da antropologia que focalizam e partem dos ideais feministas e também das identidades LGBTQIA+, em que são discutidas questões relativas à diversidade de gênero e sexualidade (Simões, 2018).

Como bem destacado por Simões (2018), o simples fato de conseguirmos escrever sobre a temática deve-se às reivindicações ao exercício dos direitos, que em outros

momentos não tínhamos acesso, justamente por integrarmos um grupo social que, por muito tempo, sofre com violências e discriminações apenas por sermos quem somos. Em contrapartida, enquanto pesquisadores pertencentes a esse grupo, infelizmente, ainda somos exceções. Ainda que os estudos sobre gênero tenham ganhado certa visibilidade, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+, sobretudo, transexuais. Segundo o dossiê *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil* (2022), no ano de 2021, pelo menos 321 pessoas morreram em função de preconceito ou intolerância em relação à sexualidade. Benevides (2023) desvela essa triste e recorrente realidade, já que no ano de 2022 pelo menos 151 pessoas transexuais foram mortas. E é muito importante ressaltar que esses dados são subestimados e muitos outros casos podem ter ficado de fora dessas contagens.

O preconceito, quando não mata, faz com que grande parte dos indivíduos que pertencem a essa “comunidade” não tenham acesso a muitos locais, e existem variáveis que deixam a situação ainda mais precária: pessoas *queer*, negras, pobres e que possuem muitos outros atravessamentos vivenciam obstáculos específicos que bloqueiam acessos à família, à escola, às cidades, incluindo à descoberta de si. Esse conjunto de marcas são estigmatizadas – ou estigmatizantes – já que, conforme Goffman (1988), são caracterizações concebidas socialmente – por uma elite dominante – em que os iguais são evidenciados como “normais”, enquanto aos que fogem dessa normalização, os “outros”, o “informado”, são profundamente depreciados e marginalizados em relação ao tido como “normal”. Então, esses atributos estigmatizantes incidem na própria constituição identitária dos indivíduos, impactando de forma profunda a vida cotidiana.

Tendo essas questões situadas, precisamos reconhecer nossos privilégios – ainda que muitos destes sejam apoiados em políticas públicas e destacamos a essencialidade dessas –, pois conseguimos ocupar um espaço que ainda é muito pouco preenchido por pessoas como nós, e isso justifica a importância de artigos como este. Trazemos relatos das nossas vivências e esperamos que nossas vozes ajudem outras a ecoarem, e que cada vez mais sigamos desbravando, resistindo, vivendo e nos apoderando de todos os pontos, territórios e espaços da sociedade.

Com essa compreensão, as argumentações apresentadas nesse manuscrito discutem tensões interseccionais, ao abordarem atravessamentos como a homossexualidade, a transexualidade e a regionalidade. Crenshaw (2002), ao discorrer sobre gênero e discriminação racial, sobretudo para acentuar que mulheres são das mais diversas e, portanto, sofrem de maneiras distintas, propôs um modelo que identifica e analisa as especificidades de diferentes grupos de mulheres, que possuem suas dinâmicas interseccionadas com outras identidades, fazendo com que as vulnerabilidades sejam

particulares. Assim, “[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação [...]” (Crenshaw, 2002, p. 177).

No contexto do gênero e da sexualidade, as práticas transfóbicas, lesbofóbicas e homofóbicas são ainda mais sobrelevadas quando existem outros marcadores de subalternidade, entre estes, a classe e a raça/etnia, mas destacando-se a existência de outros atravessamentos. Com essas intersecções, são intensificadas as relações de poder que desdobram violências, desigualdades e exclusões (Silva, Miranda & Santos, 2020).

A escrita de si: processo metodológico

Escrever sobre si foi por muito tempo algo impensável no âmbito científico. Entretanto, existem correntes teórico-metodológicas, sobretudo do campo da antropologia, que propõe a elaboração de estudos autobiográficos e autoetnográficos. Conforme Gama (2020), a autoetnografia diz respeito à concepção dos conhecimentos subjetivos e experimentais, em que não há separação entre o racional e o emocional, onde o autor assume o papel de “eu”, reflete e se posiciona, e, portanto, não existe neutralidade. Citando Grant (2014), a autora diz que essa metodologia possibilita que fenômenos culturais experienciados pelos indivíduos sejam relatados e, assim, invisibilidades e silenciamentos podem ser narrados de forma pessoal.

Tendo essa compreensão, trata-se, portanto, de um artigo qualitativo e descritivo, cujos dados, ou melhor, as experiências, foram geradas por meio de autorrelatos. Dessa maneira, embora se trate de um texto coletivo, cada um de nós, quatro autores, redigimos um subtópico, cuja apresentação foi narrada em primeira pessoa do singular. Nesse ínterim, aproximando-se das noções de Gama (2020), foi realizada uma pesquisa de campo, cujo local de realização foi físico – nos locais de circulação – e virtual – por meio de recordações de locais e experiências vividas em outrora –, em que os sujeitos da pesquisa fomos nós. Com aproximação nos estudos antropológicos, como evidenciado por Simões (2018), buscamos por interpretar as nossas vivências – que são contextuais e possuem especificidades – por meio das ações simbólicas que conformaram nossas experiências individuais.

Tivemos a liberdade de refletir sobre nossas vivências a partir de um conjunto de autores compreendidos como fundamentais para nossas formações enquanto pesquisadores. Assim, em relação ao método, optamos por construir o texto com apoio nos princípios da escrevivência, de escrever sobre as nossas vivências – conceito de Conceição Evaristo, sendo uma metodologia muito específica, especial e representativa

para a negritude feminina. Por uma questão de identificação, a escolha por esse método foi efetivada, pois, como salienta a autora, indivíduos que provaram da exclusão se reconhecem em seus escritos:

A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens. Um sujeito gay se vê nesse texto porque, também ele, vive essa experiência de exclusão [...] (Evaristo, 2020, p. 32).

Silva (2022), ao se apoiar nesse conceito, trouxe relatos autobiográficos buscando refletir acerca do corpo, do gênero e da sexualidade, aspectos que muitas vezes são limitados e invisibilizados. Assim, o autor destacou as marcas, as dificuldades e o acolhimento – em específico em relação à prática da Educação Física – em relação a si, sendo um homem homossexual afeminado. Como mencionado, esses estudos auxiliam a ressignificação de existências, sendo das mais plurais.

Em termos de passos de desenvolvimento, foram realizados três: I) cada um dos autores narrou suas experiências e escreveu seu texto a partir de fatos pessoais e locais considerados marcantes, refletindo sobre essas questões em diálogo com os conceitos teóricos suscitados; II) todos lemos os textos uns dos outros, discutimos e organizamos as seções; III) após a discussão, em conjunto, foram escritos os tópicos de introdução e de considerações finais. Os resultados são apresentados a seguir.

“Você é a maior vergonha da vida do seu pai”: crescer homossexual em um mundo heterocrata

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer*, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (Preciado, 2018, p. 2).

Minha escolha por iniciar esse tópico pelas indagações de Paul B. Preciado foi estimulada pela forma que o autor usa de suas vivências pessoais para tangenciar a maneira como escreve e o conteúdo que é intrínseco às suas experiências pessoais. Mesmo que sejam experiências pessoais, o autor desvela a realidade de muitas pessoas que não pertencem à norma, as quais são *queer*, e me incluo nisso.

Escrever sobre vivências pessoais é uma tarefa difícil, sobretudo quando se é uma pessoa *queer*. Difícil por precisarmos rememorar lembranças violentas. Entretanto,

entendo que seja um processo necessário para focalizarmos nos desafios enfrentados para chegarmos onde estamos, ao entender que nossas histórias de vida motivam e moldam nossas pesquisas e, por conseguinte, podem servir de motivação para que outras pessoas trilhem caminhos parecidos ou não, mas que busquem por ocupar os espaços que querem e a que possuem direito.

Retornado às interrogações de Preciado (2018) e atrelando-as com minha história de vida, posso afirmar que as respostas não são fáceis de serem dadas. No meu caso em específico, posso dizer que poucas pessoas ou ninguém intercedeu por mim em minha infância. Esse período, para mim, foi, como salienta Halberstam (2000), marcado por humilhações, estranhezas e limitações. Fui obrigado a me perceber diferente desde muito jovem, mesmo quando sequer sabia o que significava ser homossexual. Sou um homem afeminado do interior de Minas Gerais, sempre fui, então ainda na família já era condicionado a enfrentar violências simbólicas, sendo “xingado” de “viadinho” e “bicha” – algo que se intensificou quando comecei a estudar.

A questão regional pode ser um dos fatores intensificadores dessa realidade, já que Minas Gerais é um estado bastante católico. A cidade, e mais precisamente o bairro onde fui criado, tinha um senso de comunidade que era regido por uma igreja católica. Então, por mais que minha família não fosse ativamente religiosa, a comunidade o era, tanto que fui levado a fazer aulas de catecismo – e ainda consigo me recordar dos olhares que recebia da professora.

Ademais, existe outro fator acachapante no que tange ao âmbito local: nasci e cresci no município de Barbacena³, cidade que possui o nefasto marco histórico do Holocausto Brasileiro. Fundado em 1903 – e que se manteve em funcionamento até 1980 –, o Hospital Colônia foi palco da barbárie, da crueldade e da desumanização, pois se trata de um local onde mais de 60 mil pessoas foram torturadas e perderam suas vidas. Para ser internado, não existiam critérios. Um hospital psiquiátrico, cujos internos, para além de doentes mentais, eram os excluídos da sociedade: prostitutas, mendigos e homossexuais (Arbex, 2013). Essa reflexão é muito dolorosa, pois, penso que se tivesse nascido em outro momento, um destes internos poderia ter sido eu. É ainda um evento muito recente. Dói ainda mais não conseguir compreender/aceitar o fato de a comunidade local ter aceitado

3 Para contextualizar, o município de Barbacena se localiza no Campo das Vertentes – entre a Zona da Mata e o Sul de Minas – situando-se a aproximadamente 172 km da capital, Belo Horizonte. Sua história foi originada em uma aldeia de indígenas Puris. Recebeu o título de cidade no ano de 1840. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022a), em 2022, a população aproximada era de 125,317 habitantes. O município possui área territorial de 759,186km² e uma densidade demográfica de 165,07hab/km². A cidade possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,769 e um PIB per capita de R\$ 22.976,86.

conviver com tamanha crueldade. Talvez esse seja um dos principais motivos de nunca ter me sentido conectado com essa cidade, pois durante muito tempo, para ser considerado louco e punido por isso, bastava nascer.

Outro aspecto importante de ser ressaltado no que diz respeito ao local está no fato de que iniciativas como as Paradas de Orgulho são dificilmente realizadas em cidades interioranas, e, como sublinhado por Carraro e Simões (2007), esses eventos são expressões de atuação política e de inclusão – e também ocupação – de espaços. Participar de eventos como esse é uma movimentação muito relevante no que tange à noção de sentir-se pertencente a um grupo e conseguir afirmar-se como coletividade.

Nessa acepção, consigo relacionar com o que evidenciam Connel e Pearse (2015), já que, para elas, o gênero é uma dimensão central da individualidade, em especial, no que diz respeito a relações socioculturais. De maneira geral, em relação à contemporaneidade, em muitas partes do mundo as normatizações de gênero estão relacionadas com o privilégio – privilégio, muitas vezes, de conseguir viver, ou melhor, de sobreviver – e com a supervalorização dos homens – especificamente os cisgêneros, brancos e ricos – e na desvalorização das mulheres, e as desigualdades são das mais variadas a depender de contextos sociais, locais, étnicos, sexuais, religiosos, entre outras tensões. A feminilidade incomoda. Aos olhos da sociedade, ser um homem feminino beira o absurdo. Nesse contexto, a diferença pela sexualidade faz com que nossos corpos sejam considerados abjetos (Butler, 2016) por não se enquadrarem nas caixas da heteronormatividade.

A homofobia no Brasil é uma construção social – diria que não estrutural, mas estruturante – estabelecida e potencializada muitas vezes por instituições que deveriam proteger: a família e a escola. No campo da família, existe, no país, uma naturalização do processo de educação, em que muitas famílias são constituídas por preceitos heteronormativos, inviabilizando, por consequência, a existência de outros modelos e realidades (Godoy & Santos, 2019).

No espaço familiar, o processo de assumir-se *queer* – algo que, na minha visão, sequer deveria ocorrer – é muitas vezes hostil. Nessa perspectiva, Nascimento e Scorlini-Comin (2018) destacam que a negação da família quanto a essa tensão reverbera e implica em muitas dificuldades para o homossexual, que precisa enfrentar preconceitos da sociedade e no seio familiar. Em tal circunstância, muitos sujeitos desenvolvem doenças, como a depressão, e de forma muito triste, inúmeras pessoas pensam ou se suicidam – eu inclusive já pensei nisso inúmeras vezes durante a adolescência e vi alguns colegas sucumbirem. Nas leituras dos autores, de forma geral, as mães assumem a atribuição de aceitarem de forma mais fácil os filhos perante a revelação, mas, no meu caso, houve uma

diferenciação, sobretudo pela configuração da minha família. Sou filho de pais separados, e durante boa parte da minha vida fui criado por minha avó paterna. Não fui criado por minha mãe, mas sempre a visitava. Em todas as visitas, ela fazia questão de me lembrar o quão odiava os homossexuais, pois, para ela, era uma prática suja. Ela claramente sabia que eu era gay e falava isso no intuito de me “corrigir”.

Essas dinâmicas das relações familiares em relação ao filho homossexual também foram investigadas por Souza e Silva (2018). Os autores elucidam que os preconceitos se iniciam dentro das famílias, espaço onde os indivíduos começam a sentir a homofobia como estrutura de exclusão. As violências cometidas contra homossexuais são, muitas vezes, travestidas de correções que fariam com que os filhos se adequassem à heteronormatividade. E são violências simbólicas, como quando meu pai me “presenteou” com uma revista de conteúdo pornográfico heterossexual. Então, meus pais mal cuidaram de mim na infância, mas faziam questão de destacar a reprovação por terem um filho homossexual afeminado.

Só que, nessa etapa da vida, tive um privilégio que muitas pessoas não possuem: uma avó que cuidou de mim. Então, como destaca Braga *et al.* (2017), ter esse apoio auxiliou na redução da vulnerabilidade e da violência, a que nós, jovens *queer*, estamos expostos cotidianamente. Ela não sabia como interceder de forma direta, nunca conversamos sobre minha sexualidade, mas ela se fez presente em minha vida, criamos nossas tradições, assistíamos todos os concursos de misses possíveis, ela, uma mulher costureira, me ensinou a costurar. Essas questões, de certa forma, moldaram minha personalidade e reverberaram, posteriormente, em minha escolha profissional.

Mas, de forma geral, como aponta Gomes (2021), a sexualidade humana é ainda uma temática cercada de tabus. Os indivíduos que ousam romper com as caixas cisheteronormativas são alocados em espaços de marginalização, de exclusão e de violações. A família, que deveria ser local de afeto e cuidado, muitas vezes auxilia nesse processo de marginalização, ausentando-se do dever do cuidado, culminando em um abandono pela sexualidade. Esse sempre foi um aspecto que ecoou em minha cabeça: meus pais constituíram outras famílias e isso levou-me a me questionar se minha sexualidade foi um motivo para a escolha que fizeram de abdicar de participar ativamente de minha criação.

No âmbito escolar, as pedagogias utilizadas para normalização do que seria ser feminino e masculino, como salienta Louro (2000), muitas vezes eram sutis, e outras, violentas. Desde criança, me acostumei a ouvir/perceber outros pais orientando que os seus filhos não se aproximassem de mim, como se eu tivesse algum tipo de doença contagiosa. E isso desde muito novo.

A escola, muitas vezes, ao invés de acolher e incluir, promove a homofobia e o preconceito com outras pessoas *queer*. Nela, os processos de violência podem ser ainda maiores, os indivíduos “diferentes” passam por humilhações e agressões físicas e psicológicas, ocasionando, por consequência, o abandono – ou seria uma expulsão velada? – do ambiente escolar (Godoy & Santos, 2019).

Trazendo o meu relato de homem gay, utilizo das contribuições de Albuquerque e Williams (2015), que evidenciaram a existência das diferentes facetas da homofobia nas escolas, e esses preconceitos potencializam que as vítimas desenvolvam problemas psicológicos e psiquiátricos. As autoras se apoiaram em relatos de 638 estudantes universitários, ressaltando as suas experiências quanto às violências homofóbicas vivenciadas no contexto escolar, salientando tensões, isolamento social e o desenvolvimento de sintomas clínicos, como a depressão e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

Essas violências, no meu caso, se intensificaram com o passar dos anos, e na adolescência, ao assimilar que vivia em uma sociedade heterocrata e patriarcal, como conceitua Preciado (2018), precisei me afastar da escola pelo medo de enfrentá-las. Ainda hoje, tenho receio de falar em público. Minha personalidade foi moldada para ficar quieto, pois, desde sempre, se eu aparecesse, passaria por constrangimentos. Durante muito tempo, vivi para passar despercebido. Minha voz foi ceifada inúmeras vezes. No primeiro ano do ensino médio, após ouvir de um colega de turma que eu era a maior vergonha da vida de meu pai, parei de frequentar as aulas. Desenvolvi um quadro de depressão e, por isso, fiquei pelo período de dois anos sem conseguir retornar à escola. Mesmo sem conviver de forma ativa com meu pai, foi muito doloroso ouvir que eu seria motivo de vergonha para alguém de minha família. E pior foi compreender que isso, de fato, poderia ser uma realidade.

Completei o ensino médio, mas não sentia que pertencia ao lugar onde morava. Minha avó me entendia. Quando surgiu a oportunidade de me mudar de cidade para cursar a graduação dos meus sonhos, foi ela quem mais me ajudou financeira e simbolicamente. Ela custeou minha mudança. Nessa nova cidade, trabalhei como atendente de *fast food* para conseguir me manter. Durante a graduação, fui bolsista de alguns projetos de pesquisa e extensão e desenvolvi uma grande paixão por pesquisar. Ainda durante o curso, entendi que meu caminho seria o acadêmico e comecei a pesquisar e analisar as possibilidades de ingressar em um programa de mestrado. Pouco antes de terminar a graduação, com um projeto de pesquisa que investiga gênero pela perspectiva da cultura material, fui aprovado em um programa de pós-graduação e, como bolsista, dei início a minha trajetória acadêmico-científica.

Essa narrativa pode, por vezes, soar como um desabafo. E, em partes, é. Tive, por muito tempo, minha voz silenciada. As minhas vivências em casa e na escola fizeram com que eu acreditasse que nunca conseguiria fazer nada na vida; muitas vezes não tinha esperanças de que conseguiria alguma coisa. Agora, por meio de minhas pesquisas, grito para o mundo, e espero que esse grito ecoe e sirva como referência e inspiração, para que outras pessoas LGBTQIA+ consigam ocupar cada vez mais espaços, como o universitário, e que as políticas públicas se respaldem cada vez mais no quesito da inclusão e da equidade.

Essas ocupações de espaço dialogam com as premissas das pesquisas antropológicas, pois, como evidenciado por Simões (2018), a perspectiva dos mais distintos atores sociais – e no caso desse texto, de pessoas que se entendem como *queer* – são incorporadas nos discursos que são feitos sobre eles/nós. Nesse linear, ainda que façamos parte de um grupo historicamente marginalizado, constantemente buscamos por reconhecimento e protagonismo político-social. Então, somos protagonistas das nossas histórias, temos o direito de escrever sobre elas, não perdendo de vista questões políticas e sociais que ratificam a importância dessa movimentação. Dessa maneira, nossas discussões se interconectam com o campo antropológico nessa utilização do gênero e da sexualidade como mecanismos políticos (Piscitell, 2016) e das nossas reivindicações como sujeitos, deixando de ser o “outro” tomando o lugar do “eu”.

Abjeta, mas sou quem sempre desejei ser

Abjeta. Aos olhos de Butler (2016), é assim que sou definida, por ser uma mulher transexual. “O ‘abjeto’ designa aquilo que foi expelido pelo corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’” (*idem*, p. 230).

Foi assim que passei a me sentir, após ter supostamente vivido como homem durante os 33 primeiros anos de minha vida. E se escrevo “ter supostamente vivido” é porque, em verdade, o que eu tinha era tudo, menos vida.

Crescer em Estrela⁴, uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul, com forte presença de descendentes de alemães e, em menor proporção, de italianos, não foi nada fácil. A cultura alemã em Estrela está impregnada de tal forma que o principal evento do município é o Festival do Chucrute. Aliás, prova de que a cultura alemã é arraigada em Estrela é que, no início do século XXI, construiu-se dois bonecos com indumentária

4 Em termos de contextualização, Estrela, que possui 32.183 mil habitantes, tem área de 185,026 km² e uma densidade demográfica de 173,94 hab./km². O município possui 0,767 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e um PIB per capita de R\$ 52.251,13. Estrela dista 113 km da capital gaúcha, Porto Alegre, e foi emancipada de Taquari a 20 de maio de 1876. Possui um entroncamento Rodo-Hidro-Ferrovário, formado pela BR-386, o rio Taquari e o ramal ferroviário que faz a ligação com a ferrovia do trigo (Porto Alegre-Passo Fundo) (IBGE, 2022c).

germânica típica do período colonial, e com referências à gastronomia alemã – uma ® e um caneco de chopp – e que receberam o original nome de Chuck e Rute em uma clara referência ao Festival do Chucrute.

Portanto, crescer em Estrela foi complicado, pois, além das tradições serem arraigadas, exatamente por isto, trata-se de uma cidade conservadora, na qual a esmagadora maioria das pessoas têm como seu principal *hobby* cuidar mais da vida alheia do que de sua própria vida.

Assim, fugir à cisheteronormatividade é mais do que uma violação, é desafiar estes padrões e ser permanentemente vigiada e cobrada, de forma inconsciente, com base naquilo que Foucault (1997) chama de biopolítica ou biopoder. Como escreve Preciado (2018, s/p): “A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera. A polícia de gênero exige qualidades diferentes do menino e da menina”.

Como bem observa Foucault (1997, p. 60), “[...], desde a penitência cristã até os nossos dias o sexo tem sido a matéria privilegiada da confissão. É o que é escondido, dizem”. Pensar minha infância sob a ótica do conceito de *scientia sexualis* faz todo o sentido, pois, como estudante de uma escola católica, a confissão era uma prática compulsória. Anualmente, o padre da Igreja Matriz ia até o Colégio Santo Antônio colher nossas confissões. Em um determinado momento, passei a burlar essa obrigação, afirmando que já havia me confessado de modo a ser liberada deste nocivo ato compulsório.

Por alguma razão, eu já me sentia desconfortável em me confessar. Não que eu tivesse relações sexuais a contar, mas sim outros aspectos, como a masturbação – ou, para usar sinônimos/eufemismos listados por Brenot (1998, p. 97), “bobagem de menino” ou “crime abjeto”.

E, sim, naquela época, eu era visto e lido como menino. Porém, sempre desconfiei de que havia algo de diferente em mim. Lembro com exatidão de folhear um livro infanto-juvenil chamado “O que está acontecendo comigo?” (Mayle, Robins & Walter, 1984) e me questionar por que eu não havia nascido menina.

O fato é que em meados da década de 1980, não havia referências concretas para aguçar minha curiosidade sobre o que, de fato, estava acontecendo comigo! Nem mesmo Roberta Close⁵ – que, para mim, àquela altura, não era muito bem compreendida. Então, devido ao desconhecimento vivenciado em uma cidade conservadora do interior do Rio

5 Roberta Close é uma travesti brasileira muito famosa dos anos 1980. Apresentadora, atriz e modelo, entre muitas aparições em programas televisivos, Roberta foi em 1984 capa de revistas como a Playboy – a primeira modelo transexual a posar para a revista.

Grande do Sul, era virtualmente impossível perceber-me como uma menina – ainda mais que, naquela época, a internet comercial sequer engatinhava no Brasil.

Assim, conformei-me em seguir representando um papel de gênero que não correspondia à minha identidade de gênero. Foi apenas em 2009 que me reconheci – e prontamente me aceitei como – mulher. Já em Novo Hamburgo, onde moro atualmente, levei pouco mais de oito meses para chegar à tal constatação.

Entretanto, antes disto, eu procurava demonstrar interesse em meninas – ainda que eu tivesse enormes dificuldades em abordá-las. Por conta de tais dificuldades, eu fui alvo de muitas situações de *bullying*. Em função disto, passei a conviver com problemas de autoestima e autoconfiança.

Após ter me aceito, logo recebi os primeiros apoios. Foi de um casal de amigas – de quem, inclusive, serei madrinha de casamento. Ao visitá-las, já no dia seguinte, elas me emprestaram roupas, inclusive lingerie, para que eu me vestisse como mulher pela primeira vez. Assim que me olhei no espelho, senti-me mais leve.

A partir daí, passei a procurar me entender e a evoluir, não apenas enquanto mulher, mas como pessoa. Ingressei no Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (Protig), do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Após um início tumultuado, marcado por desconfianças mútuas, e, após surreais cinco anos na triagem, fui incluída em um grupo do programa. Novamente, nada foi muito tranquilo. Ainda antes de completar o primeiro dos dois anos obrigatórios, vi-me envolvida com um movimento de pacientes em busca de melhorias no programa. Após um abaixo-assinado, com cerca de 60 assinaturas, encaminhado, inclusive, para a direção do próprio hospital, vimos mudanças concretas e relevantes no alvorecer de 2019.

Como, porém, a vida nos prega peças, eis que em fevereiro de 2020 surge o primeiro caso de Covid-19 no Brasil. A pandemia rapidamente se instala no país e as atividades do Protig são interrompidas por completo. Sem consultas. Sem cirurgias.

Em princípio, minha cirurgia estava prevista para fevereiro de 2021. Devido à pandemia, ela ocorreu apenas em agosto de 2022. Sob a proteção da deusa Brigit⁶, tanto a cirurgia quanto o pós-operatório, transcorreram sem maiores intercorrências. Prova disto é que, apenas 18 dias após a cirurgia, iniciava meu mestrado em Processos e Manifestações Culturais, na Universidade Feevale de Novo Hamburgo (RS).

6 Deusa tríplice celta que, entre outros atributos, está o da cura. A data de minha cirurgia foi primeiro de agosto, coincidentemente, o dia da deusa Brigit.

Apesar de, aos olhos de Butler, eu ser considerada uma pessoa abjeta, por ser transexual, agora redesignada, eu me entendo como uma mulher cuja vida foi abismalmente impactada. Se antes não tinha autoestima, autoconfiança e nem mesmo amor-próprio, agora, tudo isso mudou.

Se hoje, aos olhos das instituições estatais e das administrações públicas em suas três esferas, posso não ser mais lida como uma mulher transexual, é fato que não deixei de sê-lo. Com a cirurgia de redesignação sexual e a retificação dos documentos, tornei-me invisível estatisticamente. E é precisamente esta invisibilidade que tanto dificulta a produção de dossiês ainda mais próximos da realidade por parte da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Há, ainda, um outro fator: a inexistência de dados oficiais por parte da administração pública no que concerne às pessoas trans. Afinal, inexistente preocupação com a produção de informações sobre a identidade de gênero e a orientação sexual de vítimas de transfobia, transmisoginia e transfeminicídios.

E cá estou, aos 46 anos, no auge de minha passagem terrena, no ápice de minha vida. Se hoje sou feliz, confiante e amo a mim mesma, é porque, mesmo sendo abjeta por ser transexual, decidi que a transexualidade não mais me definiria.

Sem dúvida, não é fácil ser eu, mas tenho orgulho de quem sou e de onde cheguei. Então, por mais que eu ainda possa ser estranha e bizarra, mais do que nunca estou sendo quem eu sempre desejei ser.

Nascido para ser um “cabra macho”: performances homoafetivas no interior do nordeste

O homem nordestino é...

Um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histérica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava (Albuquerque Júnior, 2013, p. 150).

A construção sociocultural nordestina é violenta. Seja de origem física, seja simbólica, seja psicológica. Em meu relato, os atributos regionais possuem destaque, tendo em vista que os pressupostos sobre o meu envelhecer, o papel que me foi conferido – de maneira compulsória – ao nascer homem, relacionam-se diretamente ao que se espera de mim enquanto um sujeito nordestino, morador do interior do Rio Grande do Norte, ou seja, um imprescindível “cabra macho”. Tal papel é forjado por estereótipos regionais heteronormativos, relacionados à virilidade e, como ressaltado na citação com

que iniciamos o texto, permeado por uma negação das vivências modernas. Assim sendo, somos obrigados a encarar a evolução como algo negativo, a ser combatido, pois se torna mundano e, por isso, profano.

Com isso em mente, entende-se que o nosso passado histórico regional desencadeia uma série de motivos que geram em seus moradores, em especial os do sexo masculino, uma demanda constante de alerta e proteção, uma visão de tenacidade e de constante instinto de sobrevivência. Deve-se proteger o seu povo, e é essa figura de “cabra macho” que desempenha o papel de sustentáculo. Essa fala é abordada por García (2021, p. 36), ao mencionar que a crença é que a região nordeste não é um espaço “para frágeis, delicados, afeminados, débeis”, um espaço onde só os mais valentes sobreviveriam, estando isso relacionado ao próprio conceito de ser macho.

No entanto, eu nunca fui um indivíduo que quis performar nada desse papel, que se pode aludir à heterossexualidade compulsória tratada por Rich (2010). Essa vivência me faz crer que nenhum dos homens homossexuais do nordeste quer se adequar a tal estereótipo, mas os que aceitam são coagidos a acreditar que essa performance é indispensável, que se deve ser assim, pois você nasceu no interior do nordeste, vida difícil e sertaneja. Assumo isso, pois a nossa própria existência, enquanto homossexual e afeminado, já nega todas as atribuições que lhe são conferidas pelo título de “cabra macho”. Nesse contexto, conforme Albuquerque Júnior (2013), pela modernidade inerente do nascer homossexual no nordeste, muitos dos indivíduos passam a escolher não interpretar o personagem do “cabra macho”, ou aderir a suas prerrogativas.

A performance heterossexual do “cabra macho” é o foco deste relato. Entendo que não se trata da prática homossexual em si que descredibiliza um indivíduo enquanto não-macho para o ambiente que se insere, mas sim de como você demonstra para a sociedade o quão homem você é. De tal maneira, tem que se estar disposto a parecer homem. E essa performance do que seria “homem” está relacionada a manter os trejeitos heterossexuais, a consentir em se portar como protetor e provedor de uma família, mas não apenas isso, precisa andar, sentar e conversar como um “homem”, como um “cabra macho”.

Destaco o papel da cidade como central a partir desse ponto – nasci em Caicó⁷, no Rio Grande do Norte, em uma mesorregião denominada de Seridó. Uma cidade relativamente pequena, com 61.146 pessoas (IBGE, 2022b). Por tal dimensionamento, a cidade possui um caráter interiorano, assim sendo, localidades percebidas como aglomerações urbanas de recursos financeiros limitados, notáveis por entrelaçarem os laços cívicos com os

7 Para contextualizar, a cidade de Caicó possui uma área territorial de 1.228,584km², com uma população de cerca de 61.000 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Municipal é de 0,710 (IBGE, 2022b).

familiares, mediando relações a partir de códigos de comportamento geracionais e comunitários (Leal, 2012). As grandes dificuldades em regiões interioranas residem na falta de registros sobre os corpos LGBTQIA+, ou na busca por omitir indivíduos que se posicionam na sociedade. Tal realidade era vivenciada costumeiramente, com essas referências surgindo em momentos como carnavais, ou sendo encontradas somente em salões de cabeleireiro.

A falta de referências, assim como a ausência de um debate sobre diversidade – seja ele através da educação ou simplesmente pela presença de pessoas sexo-diversas – contribui com os processos de solidão e solitude de pessoas gays no interior e dificulta a instituição de redes de sociabilidade LGBT nesses lugares e, portanto, o exercício da cidadania (Feitosa, Silva & Zacarias, p. 326, 2020).

Em pesquisa conduzida por Azevedo (2015, p. 89), na zona rural do Rio Grande de Norte, subjugada não apenas aos estereótipos do nordeste, mas às vivências rurais, o autor destaca que “o espaço e o tempo em que vivem esses rapazes performatizam identidades (sociais e sexuais) que mudam constantemente, almejando uma convivência pacífica e distante de preconceitos em uma realidade tão conservadora e opressora que é a rural”. Assim sendo, trata-se dos trejeitos que os indivíduos envolvidos nas práticas homoafetivas escolhem trazer à sociedade e apresentar quando se reúnem com a família em datas festivas. É sobre não demonstrar feminilidade, pois esta se conecta com uma demonstração de fraqueza inerente à expectativa social sobre este papel de gênero. O autor argumenta que “necessita-se assimilar que as identidades contraditórias se deslocam mutuamente, atuando tanto fora, na sociedade, quanto dentro da cabeça de cada indivíduo, alterando assim as subjetividades performatizadas” (Azevedo, 2015, p. 89).

Cresci como uma figura esguia, afeminada, de braços e pernas finas, pouco corpulento e com pouca força física. Até, pelo menos, meus dezenove anos, não pesava mais do que quarenta e dois quilos. Meu andar não é o masculino esperado, não me sentava com as pernas abertas e não me comportava como o “homem” que era antecipado e imposto ser. À luz da figura do “cabra macho”, aceitar-se e viver com essas características é um afronte.

Durante toda a minha adolescência, os atributos que me orientei a performar foram questionados e ridicularizados. Via os meus colegas de escola se vangloriando por “pegarem” diversas meninas, por usarem um tipo de vestuário ou corte de cabelo específico. Enquanto isso, eu não deveria me portar da maneira afeminada, pois isso iria arrancar falas dos meus parentes pelas costas. E, afinal, a dor que mais carrego, lembrando de tais fatos, é a de que quem mais sofria com isso era minha mãe, que era submetida

a ouvir, sem querer, os julgamentos, olhares e falas dos meus familiares. Como criança/adolescente, não tinha a compreensão necessária para interpretar o que acontecia e, portanto, me inseria invariavelmente no ambiente, sem saber que não era bem-vindo, sem entender se havia algo de errado naquele tão comum sentimento de não pertencimento.

Esse acontecimento é também cristalizado na pesquisa de Soliva e Silva Júnior (2014, p. 137), quando os autores comentam que “[...] geralmente, as fofocas precedem a afirmação do fato, estando somente baseadas na suposição de que aquele rapaz não é como os outros rapazes do grupo, não se comporta como os outros garotos do bairro”. Dessa maneira, as falas que eram ouvidas expressavam que eu não possuía uma estrutura para performar o papel de “cabra macho”. Ouvia-se, no meu cotidiano familiar, que eu era muito frágil, que minha aparência seria medonha caso eu decidisse entrar em um processo de musculação. Esses comentários eram fruto de um questionamento dos meus familiares sobre eu não ter uma estrutura corpórea mais robusta, pois esta estava reservada para os homens viris, que despertavam o sentido real de “cabra macho”.

Contrariando o que comumente acontece, decidi contar para os meus pais sobre a minha sexualidade ainda aos quatorze anos, sem entender ao certo o que aquilo iria significar para mim ou para eles. Nisso, não cheguei a antever quaisquer tipos de reações, só sabia que era daquela maneira que me identificava, e que precisava contar para as pessoas que supostamente seriam meu apoio. E foram. Tal como no primeiro relato deste trabalho, comentado a partir da fala de Braga et al. (2017), meus pais serviram como uma importante rede de apoio, garantindo que os comentários das pessoas ao meu redor não chegassem até mim. E vejo que isso fez total diferença.

Após me assumir abertamente para os meus pais e não haver uma reação negativa, senti-me automaticamente mais livre. Era exatamente como se nada mais no mundo importasse, nada mais me incomodava, pois eu tinha um apoio constante das pessoas que me amavam incondicionalmente.

Bourdieu (1979) trata sobre o *habitus* primário ter uma influência direta do núcleo familiar. Nesse contexto, minhas performances de sexualidade passaram a ser mais abertamente explícitas, não me preocupava mais em atender aos estereótipos de “macho” que me eram impostos pela heterossexualidade compulsória do nordeste. García (2021, p. 86) explica que “através da estrutura familiar, os homens aprenderão a estruturar seu comportamento antagônico ao universo feminino e esse comportamento encontrará respaldo nas instituições, como a escola e a igreja”. Assim sendo, quando houve uma aceitação dos meus pais acerca dos meus trejeitos de performatividade de sexualidade, pode-se afirmar que minha forma de utilizar roupas ficaram mais livres; a utilização de

acessórios e até um nível de maquiagem que me agradava se tornaram abertamente mais aceitáveis para mim, mesmo que essas escolhas não satisfizessem o esperado papel de “cabra macho”.

Anos depois, quando entro em uma faculdade tecnológica da área da Moda, com um corpo docente composto em parte por engenheiros, heterossexuais, do gênero masculino, é me imposto novamente uma versão modernizada do papel de “cabra macho”, no entanto, um “cabra macho” da produção industrial. Nesse período, eu precisava provar que tinha capacidade para lidar com a necessidade de sobrevivência na indústria de confecção, pois eu parecia muito fraco para ser qualquer tipo de gestor. Era como se, pelos meus atributos de performatividade mesclarem masculino e feminino, existisse uma fragilidade inerente que não conseguiria lidar com o dia a dia estressante do que se esperava em um domínio de produção industrial machista. Com isso, meu profissionalismo passava a ser questionado constantemente, isso tudo por eu me vestir, sentar ou conversar de uma maneira mais afeminada.

Quando me formei e decidi que me identificava mais amplamente com a área de pesquisa, ingressei em uma pós-graduação. Ao finalizar, retornei para a instituição em que me graduei no papel de professor substituto, em específico nas disciplinas Processos de Gestão e Controle de Qualidade na Indústria do Vestuário. Agora, os questionamentos rondavam sobre o quão preparado eu me encontrava para lecionar disciplinas da área da produção, muito embora todos soubessem que havia sido aluno laureado do curso. Ouviam-se risadas, deboches e questionamentos, relacionando a minha área de formação com o que eu precisava ensinar aos alunos.

De maneira geral, este relato vem como uma forma de discutir os possíveis papéis da família, da sociedade nordestina e da autoaceitação por influência contextual como um catalisador da manutenção da performance do “cabra macho” no interior dos estados do nordeste. Por experiência, ressalto a necessidade de entendimento do “eu” na sociedade contemporânea, e como o ambiente que você se insere lida com sua performance de sexualidade e gênero.

Com isso, é de suma importância ocupar os espaços que são tidos como indesejados, demonstrando seus atributos de performance e ressaltando a identidade individual frente aos estereótipos impostos.

Ser “bicha” e professor: vivências *queer* no contexto de sala de aula e a importância da representatividade

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar (Adichie, 2019, p. 32).

As preposições de Adichie (2019), no fragmento acima, dão a tônica aos meus escritos – “as histórias importam”. Para estar aqui, escrevendo um pouco sobre mim – sobre minha história, ou melhor, um fragmento dela, eu lutei muito. Aliás, tenho lutado desde o meu nascimento. Venci, cresci e me fortaleci. Tenho orgulho de como venho construindo e me lapidando ao longo dos anos. Carrego em meu corpo marcas simbólicas⁸ que, na maioria das vezes, me fazem fechar as portas; mas, como uma folha sendo guiada por uma brisa leve, entro pelas frestas das janelas da vida.

Incomodo; desestabilizo; critico; opino; calo-me e escuto. Ser uma pessoa *queer* em nossa sociedade é, por vezes, cruel e desumano. Lutei e **luto**⁹ diariamente para me edificar dentro do vai-e-vem. Batalhas foram [são] TRAVAdas. Ser “bicha”¹⁰ é enfrentamento, seja na sociedade ou mesmo dentro do próprio movimento. Ser “bicha” é afrontar tudo aquilo que é masculino, pois ser gay não lhe torna menos homem, mas “bicha”. “A bicha ainda é muito inferiorizada pela sociedade tradicional e conservadora, portanto, reforça-se a necessidade da batalha pelo reconhecimento de igualdade e respeito” (Freitas & Silva, 2016, p. 9). Felizmente,

A palavra, que inúmeras vezes é utilizada para humilhar e ofender os homossexuais tidos como efeminados ou sexualmente passivos, passa hoje por uma revolução semântica que lhe permite não carregar teor de ofensa ou diminuição, mas encarregar de propriedade o indivíduo que a recebe, proporcionando-lhe até orgulho. Quanto ao ofensor, esse não possui mais poder sobre o ofendido, pois o segundo já não existe, ele perde o seu domínio e dessa forma não atinge a quem quer atingir (Freitas & Silva, 2016, p. 9).

8 A marcação pode ser simbólica ou física, pode ser indicada por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de um piercing, por uma tatuagem, por uma musculação “trabalhada”, pela implantação de uma prótese... O que importará é que ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Ela poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado (Louro, 2016, p. 86).

9 O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo – LUTEMOS!

10 Significação simbólico/social que está atrelada, em diversas situações, com quaisquer atributos que se distanciam dos padrões de masculinidades e heteronormatividade impostos socialmente. Esse termo é usado para estereotipar pessoas que se aproximam de quaiques performances de feminilidades, deixando claro uma inferioridade da existência desses sujeitos.

Realizadas algumas observações iniciais, porém fundamentais para a compreensão do meu papel de representatividade no contexto de sala de aula, agora tentarei desenvolver um pouco do EU “bicha” e professor.

Louro (2014), em seus escritos na obra intitulada “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista”, nos oportuniza a refletir sobre a importância da representatividade e da diversidade em espaços de comum convívio – como é o caso da escola, bem como nos orienta sobre os impactos dessa diversidade na construção das identidades dos sujeitos – em suas múltiplas formas de representação. **Representatividade importa!** Sendo assim, ao abordar sobre as questões da homossexualidade (*locus* que ocupo, embora prefira me nominar como “bicha”), a autora diz:

Há ainda uma difícil barreira de sentido a superar: para que um/a jovem possa vir a se reconhecer como homossexual será preciso que ele/ela consiga desvincular gay e lésbica dos significados a que aprendeu a associá-los, ou seja, será preciso deixar de percebê-los como desvios, patologias, formas não naturais e ilegais de sexualidades. Como se reconhecer em algo que se aprendeu a rejeitar e a desprezar? Como, estando imerso/a nesses discursos normalizadores, é possível articular sua (homo)sexualidade com prazer, com erotismo, com algo que pode ser exercido sem culpa? (Louro, 2014, p. 87).

Os escritos de Louro, elencados acima, me fazem refletir muito sobre os meus percursos formativo, de identificação e “superação” – se é que foi superado, pois ainda recebo olhares que me dizem ao contrário – enquanto “bicha”. Ao longo dos mais de 20 anos como estudante, da pré-escola ao doutorado, **NUNCA** tive um professor assumidamente homossexual, tampouco “bicha”. Nunca pude me ver ocupando o lugar de educar, do ensinar. As possibilidades que me eram ofertadas, em grande maioria, estavam condicionadas aos estigmas e estereótipos (“*Bichinha*”, “*Viadinho*”, “*Marica*” e tantos outros) veiculadas pela mídia, a exclusão, tratada com indiferença, simplesmente por ser quem eu sou¹¹. Assim como pontua Nonato (2020, p. 122), “a exclusão de pessoas afeminadas (ou “bichas” como eu) nos espaços escolares se explica pelo fato da instituição escolar endossar a construção do sujeito masculino que respeita os pressupostos da cisheteronormatividade” – não só o ambiente escolar, mas a sociedade de forma geral. Para tanto, poucos de nós temos a chance de ter espelhos e de sermos espelhos para tantos outros, “bichas”, nestes e em outros espaços.

11 As simples decisões cotidianas são muito mais complexas para o sujeito queer, pois cada ato é uma busca de liberdade de viver conforme suas identificações, ou seja, ora preferir o masculino, ora o feminino, ora ambos. Ao seu entorno, os sujeitos tidos como “normais” tendem a julgar, criticar, e discriminar cada um desses atos, como se, ser diferente fosse sinônimo de ser nocivo ou até doente. Já imaginou sendo questionado por cada roupa que veste? Cada palavra que fala? Cada decisão que toma? (Jesus & Martelli, 2017, p. 31).

Recordo-me que, no vai e vem da minha cidade, Juiz de Fora (MG)¹², eu, assim como meus pares (todos “bichas”), éramos tidos como os “*outros*”, uma vez que, assim como apregoado por Nonato (2020, p. 15 – grifo nossos), havia no imaginário social de grande parte dos moradores de que “[...] (éramos vistos) como sujeitos que incorporam uma **masculinidade defeituosa** e, não raro, ao caminhar pelas ruas, (gerávamos) pane nos esquemas mentais das pessoas porque (impossibilitávamos) uma identificação automática de (uma possível) performatividade dentro do binarismo de gênero”. Desestabilizamos o mundo ao nosso redor simplesmente por caminhar pelas ruas, por exercermos direitos básicos e garantidos constitucionalmente. Ser “bicha” em meio à cidade, e em meio a seus mais variados grupos, é desafiador – é como estar solta em uma selva e ser uma das presas mais frágeis¹³.

A relevância de salientar este trecho “**masculinidade defeituosa**”, posto por Nonato (2020) se dá, pois, o autor ressalta como a experiência de educar-se pode ser profundamente dolorosa, algo que reconheço em mim, uma vez que o ato de nomear e refletir sobre minha própria trajetória educacional me obrigou a confrontar-me com as mais diversas expectativas sociais associadas à masculinidade que me é cobrada, bem como os silêncios e estigmas que me são impostos nas mais várias instâncias da minha vida (em sua maioria velados e direcionados por meio de olhares). Isso significa que, desde minha infância, sempre me vi obrigado a lidar sozinho com insultos, como os já ditos nestes escritos, e pressões (“*Senta direito*”, “*Engrosse essa sua voz*”, “*E as namoradAS*”, dentre outras) para me enquadrar nas normas tradicionalmente associadas à masculinidade.

Nas ruas da cidade, assim como em tantos outros espaços sociais, “[...] a rejeição poderá ocorrer a partir de quaisquer atributos – corporais, gestuais, comportamentais ou emocionais – que possam ser relacionados tanto ao estereótipo da bicha, em seu exagero, quanto ao que é comumente atribuído ao lugar da mulher” (Santiago, Castello & Rodrigues, 2017, 165). Contudo, é de suma importância refletirmos que:

12 A cidade de Juiz de Fora está situada na Zona da Mata Mineira, a sudeste da capital Belo Horizonte, tendo como distância aproximadamente 283 km desta. Com uma população estimada de 540,756 habitantes em 2022, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022d), é o quarto município mais populoso de Minas Gerais. Ganhou destaque histórico como “Manchester Mineira” devido ao seu papel pioneiro na industrialização do Estado. Além disso, possui uma rica tradição cultural que abrange artesanato, teatro, museus, música e esporte. Juiz de Fora também se destaca no turismo, oferecendo atrações culturais, naturais e arquitetônicas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Juiz de Fora é considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com um valor de 0,828, classificando-o como o nono mais alto em Minas Gerais, o quadragésimo nono na Região Sudeste do Brasil e o 145º em todo o país.

13 Ver Matéria “LGBTfobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é”, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

As preferências de gênero extrapolam uma simples escolha, pois ao posicionar-se contra o que está posto, o sujeito se posiciona contra um sistema historicamente construído por um viés binário em que ou se é homem e todas as suas preferências devem ser direcionadas para objetos, comportamentos e gostos que são socialmente construídos como sendo do gênero masculino; ou se é mulher e, da mesma forma, se aceita e apropria a “maneira correta” de “ser” dentro da sociedade. Portanto, escolher só é socialmente aceitável se as opções correspondem ao que está definido como adequado para o sexo biológico desse sujeito, quando isso não ocorre, este é enquadrado como “anormal”, tratado e discriminado como não pertencente à mesma sociedade que os sujeitos que atendem aos padrões heteronormativos. (Jesus & Martelli, 2017, p. 26)

Assim, juntando toda a minha caminhada, desde minha infância, a construção da minha identidade como “bicha” e professor não foi (e não tem sido) um processo fácil. Mas, me mostro como possibilidade de **RESISTÊNCIA** para tantos outros como eu – “bichas”. Me tornei professor por entender que cabia a mim modificar a realidade que cerca a minha volta, ocupar este espaço – da educação e tantos outros – era (é) necessário.

Conforme pesquisa apresentada por Carrara (2005), a escola e a universidade são consideradas lugares onde deveria haver respeito e cooperação, e espera-se que os líderes, como professores e autoridades pedagógicas, tenham a capacidade de evitar manifestações de racismo, misoginia e homofobia, criando um ambiente que valorize as diferenças. No entanto, a realidade não corresponde a essa expectativa. Embora tenhamos progredido na valorização das diferenças raciais nos últimos anos, a luta contra a homofobia e transfobia continua engatinhando. Os resultados desta pesquisa são muito claros e mostram a urgência de agir nesse sentido.

Assim, o espaço da escola sempre foi, para mim, um *lócus* de reprodução de uma série de padrões sociais que perpetuavam valores hegemônicos pautados na cisheteronormatividade e permeados por relações de poderes autoritários, opressivos e desiguais que sempre me alocaram à margem do processo de sociabilidade entre meus pares, em um “não-lugar”¹⁴.

Sendo, portanto, um ambiente que deveria ser acolhedor e modificador das realidades, busquei-me, como “bicha” e professor, trazer uma conscientização e orientação para meus alunos/alunas/alunes. Poder ouvir, ao longo deste percurso – ainda em

14 Entretanto, “a escola é, ao mesmo tempo, um local privilegiado para a construção de uma consciência crítica e de desenvolvimento de práticas que se pautem pelo reconhecimento da diversidade e pelos direitos humanos [...]. Reside aí, portanto, a inquestionável importância de se promoverem ações sistemáticas que ofereçam as profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que melhor dotem de instrumentos para lidarem adequadamente com as diversidades de corpos, gêneros, identidades, sexualidades [...]” (Brasil, 2006, p. 234).

construção – como educador, falas como: “Você me inspira, professor”; “Espero poder ser como você”; “Escutar você falando abertamente sobre sua sexualidade e sua trajetória de vida me faz poder entender que posso ir muito além, professor”; “Obrigado por mudar minha visão de mundo professor”; “Eu tinha muitos preconceitos, mas tenho aprendido muito com o senhor”, dentre diversas tantas outras falas, me orgulha, me faz saber que estou na direção certa.

Ser, para alguém, algo que nunca tive para mim, é de extrema importância. Porém, ressalto que ser “bicha” nos espaços educacionais pode também ser muito desafiador perante os pais de alunos/alunas/alunes, a coordenação e a direção da instituição. Contudo, não me ausento da minha verdade e de quem eu sou, pois penso que a escola deva ser o lugar da pluralidade, da diversidade para se pensar o respeito. Assim, o respeito não pode ser seletivo, tampouco excludente – OCUPAMOS!

Considerações Finais

Esse é o texto mais difícil que já escrevemos, principalmente pelos gatilhos desencadeados durante nossos processos de escrita. Pelo tom pessoal e impactante dos nossos relatos, muitas vezes o texto pode parecer uma ação de terapia, e de certa maneira, o é. Não que estejamos dizendo que escrever substitui terapia, pelo contrário, recomendamos, acentuadamente, que quem possua traumas e vivências difíceis por conta do gênero e da sexualidade busque por tratamento psicológico, isso é essencial. São relatos que, muitas das vezes, ainda não haviam sido ditos; são acontecimentos que se apertavam em nossas gargantas e nas memórias.

Por meio de nossas memórias materializadas e analisadas nas palavras aqui escritas, conseguimos tangenciar discussões acerca do gênero e da sexualidade, interseccionadas por outros atravessamentos, como a homossexualidade masculina, a transexualidade e o regionalismo. Então, nossas falas e análises muitas vezes se aproximaram, sobretudo quando lembramos dos preconceitos enfrentados ao longo da vida. E nessa circunstância, conseguimos, aqui, salientar as nuances de crescer e viver enquanto pessoa *queer* em diferentes contextos locais. Também, tratamos de focalizar na relevância de fazermos-nos representativos. Se, no espaço acadêmico, muitas vezes, não nos lembramos de termos possuído professores nos quais pudéssemos nos espelhar, que sejamos esse espelho para as gerações posteriores, tal como outros foram para nós.

Este artigo é, ao final, sobre as ausências, as presenças e acerca da representatividade no contexto de pesquisadores *queer*. A sexualidade, em diferentes esferas sociais, foi e ainda é vista pela perspectiva do estigma. Gênero e sexualidade são construções socioculturais

cercadas de noções estereotipadas. Assim, falar sobre nossas vivências é seguir urdindo a trama da esperança. Esperança de seguir desbravando e ocupando todos os lugares possíveis.

Se, para parte da sociedade, somos seres desprezíveis, repulsivos, ou conceitualmente abjetos, e se querem nos colocar em caixas da marginalidade, nós respondemos quebrando-as. Rompemos as barreiras, resistimos e ocupamos.

Esperamos que nossos escritos reverberem e encorajem, para que outros pesquisadores façam o exercício de escreverem sobre si, de libertarem-se de angústias, de compartilharem experiências, sejam elas boas ou ruins. E que façam seus relatos sem perder de vista a cientificidade; façam escrituras, realizem autoetnografias, analisem suas histórias e dialoguem-nas com conceitos. Escrevam e inspirem; falem sobre a sexualidade; sejam referências e representatividades.

Referências

Adichie, Ngozi Chimamanda (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia Das Letras.

Albuquerque Júnior, Durval Muniz (2013). *Nordestino: invenção do falo: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Editora Intermeios,

Albuquerque, Paloma Pegolo de & Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (2015). Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. *Temas em Psicologia*, 23(3), pp. 663-676. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-11>.

Arbex, Daniela (2013). *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial.

Azevedo, Pedro Henrique (2015). Arco-íris no campo: etnografia da “homossexualidade” masculina no ambiente rural. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 1(1). <https://doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13629>.

Benevides, Bruna G (2023). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Bourdieu, Pierre (1979). *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions De Minuit.

Braga, Iara Falleiros; Silva, Jorge Luiz da; Santos, Yurín Garcêz de Souza; Santos, Manoel Antônio dos & Silva, Marta Angélica Iossi (2017). Rede e apoio social para adolescentes e jovens homossexuais no enfrentamento à violência. *Psicologia Clínica*, 29(2), pp. 297-318.

Brasil (2006). *Manual do Projeto Educação para Promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual e Enfrentamento ao sexismo e a homofobia – Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 16 de*. (n.d.).

Brenot, Philippe (1998). *Elogio da Masturbação*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

Butler, Judith (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carrara, Sérgio (2005). *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004/Sérgio Carrara e Sílvia Ramos. Rio de Janeiro: CEPESC. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/paradario2004.PDF>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

Carrara, Sérgio & Simões, Júlio Assis (2007). Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, 28, pp. 65-99. <https://doi.org/10.1590/s0104-83332007000100005>.

Connell, Raewyn & Pearse, Rebecca (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Nversos Editora.

Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), pp. 171-188. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

Evaristo, Conceição (2020). A escrevivência e seus subtextos. In C. Duarte Lima & I. Rosado Nunes (ed.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26-47). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

Feitosa, Cleyton; Silva, Elder Luan dos Santos & Zacarias, Vinícius Santos da Silva (2020). Reflexões críticas da mesa “ser ‘gay’ de interior”: vivências, existências e resistências político-afetivas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 6(2), pp. 310-332. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i2.37630>.

Foucault, Michel (1997). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Freitas, Elizama de Lima & Silva, Joicy Eleiny (2016). Resignificação enquanto ferramenta de autoafirmação através da perspectiva da bicha. In *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Caruaru.

Gama, Fabiene (2020). A autoetnografia a como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, 45(2), pp. 188-208. <https://doi.org/10.4000/aa.5872>.

García, Jorge Luis Pineda (2021). *Novas masculinidades e sua relação com a indumentária: um estudo sobre usuários de saia na cidade de Recife*. Dissertação de Mestrado. PPG Design/ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Godoy, Emerson André de & Santos, Maycon Regis Nogueira dos (2019). Família e escola: a construção da homofobia no Brasil. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 6(11), pp. 41-62.

Goffman, Ervin (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Gomes, Luiz Geraldo do Carmo (2021). Abandono da sexualidade: parentalidades e o dever de cuidado nas sexualidades divergentes. *Revista Pensamento Jurídico*, 15(2). <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/278>.

Grant, Alec (2014). "Inaugural Conference of British Autoethnography Keynote". Autoethnography: threat and promise. *Brighton Journal of Research in Health Sciences*, 1(1).

Halberstam, Jack (2000). *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe.

Hall, Stuart. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Dp & A.

IBGE (2022a). *Barbacena (MG) - Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/barbacena.html>.

IBGE (2022b). *Caicó (RN) - Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/caico/panorama>.

IBGE (2022c). *Estrela (RS) - Cidades e Estados*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/estrela/panorama>.

IBGE (2022d). *Juiz de Fora (MG) - Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora>.

Jesus, Atair José Bernardino de & Martelli, Andréa Cristina (2017). "Afeminada": a construção da identidade de sujeitos. In *5º Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/verbais currículos identitários e plurais de gênero*, Cascavel.

Laraia, Roque de Barros (2009). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Leal, Victor Nunes (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Louro, Guacira Lopes (2000). Pedagogias da sexualidade. In G. Lopes Louro (org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade (pp. 7-34)*. Belo Horizonte: Autêntica.

Louro, Guacira Lopes (2014). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.

Louro, Guacira Lopes (2016). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Mayle, Peter; Robins, Arthur & Walter, Paul. 1984. *O que está acontecendo comigo? guia para a puberdade com respostas às perguntas mais embaraçosas do mundo*. Barueri: Nobel.

Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil (2022). *Dossiê 2021*. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis

e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).

Nascimento, Geysa Cristina Marcelino & Scorsolini-Comin, Fabio (2018). A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. *Temas em Psicologia*, 26(3), pp. 1527-1541. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-14Pt>.

Nonato, Murillo (2020). *Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes*. Salvador: Editora Devires.

Piscitelli, Adriana (2016). Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. *Revista Mundaú*, 1, pp. 73–90. <https://doi.org/10.28998/rm.2016.n.1.2437>.

Preciado, B. Paul (2018). Quem defende a criança queer? *Jangada: Crítica, Literatura, Artes*, 1, pp. 96–99. <https://doi.org/10.35921/jangada.v0i1.17>.

Rich, Adrienne (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas – Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 4(5).

Santiago, Anderson Cacilhas; Castello, Naiara Ferreira Vieira & Rodrigues, Alexandre (2017). Bichas destruidoras mesmo: construindo uma viada bem afeminada. *Periferia*, 9(2). <https://doi.org/10.12957/periferia.2017.29360>.

Silva, Caio Matheus Pereira da (2022). *As Escrivivências de um LGBTQIA+: reflexões sobre gênero e sexualidade na Educação Física*. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Educação Física/Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.

Silva, Dhones Stalbert Nunes; Miranda, Marcelo Henrique Gonçalves de & Santos, Maria do Carmo Gonçalo (2020). Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. *INTERRITÓRIOS*, 6(10), pp. 200. <https://doi.org/10.33052/inter.v6i10.244903>.

Scott, Joan (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

Simões, Júlio Assis (2018). Antropologia e diversidade sexual e de gênero no Brasil: tramas de políticas e saberes. In J. A. C. de Souza Lima et al (eds.), *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a associação brasileira de antropologia no seu 60o aniversário* (pp. 433–448). E-Papers. https://portal.abant.org.br/aba/files/144_00199595.pdf.

Soliva, Thiago Barcelos & Silva Júnior, João Batista da (2014). Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. *Sexualidad, Salud Y Sociedad* (Rio de Janeiro), pp. 124–148. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.08.a>.

Souza, Daniel Cerdeira de & Silva, Iolete Ribeiro da (2018). Reflexões sobre relações familiares em que há a presença de filhos homossexuais. In *VII seminário corpo, gênero e sexualidade: resistências e ocupa(ações) nos espaços de educação, III seminário internacional corpo, gênero e sexualidade e III luso-brasileiro educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade*, Rio Grande, RS, Brasil.

Vieira, Ricardo (2013). "Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. *Pro-Posições*, 24(2), pp. 109–123. <https://doi.org/10.1590/s0103-73072013000200009>.

Wagner, Roy (2017). *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu.

Recebido em 27 de fevereiro de 2023.

Aceito em 28 de setembro de 2023.

É por e sobre nós: vivências *queer* pela ótica de pesquisadores brasileiros

Resumo

Viver como uma pessoa *queer* no Brasil é um desafio perigoso. O país é o local onde mais se matam pessoas LGBTQIA+, sobretudo transexuais. Ser pesquisador e pertencer a esse grupo é um privilégio, portanto, precisamos cada vez mais falar sobre nossas sexualidades para que nossa presença nesses espaços se torne cada vez mais naturalizada. Isto posto, escrever sobre nossas vivências é um importante mecanismo que pode potencializar a realização de novas pesquisas como essa, pois nossas vidas e escritas nos pertencem e nos fazem pertencer. Esse artigo traz relatos de vida de quatro pesquisadores *queer* brasileiros que discutem e analisam, por meio da *escrevivência* (Evaristo, 2020), tensões interseccionais, relacionadas à homossexualidade masculina, à transexualidade feminina, ao regionalismo e outros aspectos subjetivos de cada um.

Palavras-chave: *Queer*; vivência; homossexualidade; transexualidade.

It's for and about us: *queer* experiences through the perspectives of Brazilian researchers

Abstract

Living as a queer person in Brazil is a dangerous challenge. The country is where most LGBTQIA+ people are killed, especially transsexuals. Being a researcher and belonging to this group is a privilege, so we need to increasingly talk more about our sexualities so that our presence in these spaces becomes more and more naturalized. That said, writing about our experiences is an important mechanism that can enhance the realization of new research like this one. Therefore, our lives and writings belong to us and make us belong. This paper brings the life stories of four Brazilian queer researchers who discuss and analyze, through *escrevivência*, intersectional tensions related to male homosexuality, female transsexuality, regionalism, and other subjective aspects of each.

Keywords: Queer; living; homosexuality; transsexuality.